
PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/02/2017

PROJETOS A SEREM LIDOS

PROJETOS DE LEI DO PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 002/2017, de 01 de Fevereiro de 2017, de autoria do Vereador Julio Cesar Gomes dos Santos - PSDB, que “Dispõe sobre a isenção de cobrança de IPTU aos idosos”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Economia e Finanças.

PROJETO DE LEI Nº 003/2017, de 10 de Fevereiro de 2017, de autoria do Vereador Dr. Cleber Fabiano Ferreira - DEM, que “Dispõe sobre a criação de ecopontos, para coleta de objetos inservíveis e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 004/2017, de 08 de Fevereiro de 2017, de autoria do Vereador Dr. Geralmino Alves R. Neto - PSB, que “Institui os serviços de transporte alternativo de passageiros, na modalidade de triciclo, e dá outras providências”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 005/2017, de 09 de Fevereiro de 2017, de autoria do Vereador Dr. Geralmino Alves R. Neto - PSB, que “Institui o programa municipal “Adote um ponto de ônibus” e dá outras providências “”.

ENCAMINHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETOS A SEREM VOTADOS

PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 124/2016 – TP FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, de 13 de Dezembro de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aos “Processos nº 861-3/2015; 17.381-9/2016 – apenso 22.180-5/2014 e 1.226-2/2015. Prefeitura Municipal de Barra do Garças. Contas Anuais de governo do exercício de 2015. Parecer Prévio favorável à aprovação das contas”.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2017, de 06 de Fevereiro de 2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 006/2017, de 06 de Fevereiro de 2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 007/2017, de 06 de Fevereiro de 2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir processo seletivo simplificado para contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”.
